

Por Beatriz Matos

Na noite de quarta-feira (4), foi confirmada a morte Luiz Philippi Mourão, conhecido como “Sicário”. Mourão, preso pela manhã na mesma operação que também prendeu novamente o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do banco Master, suicidou-se após ser detido.

“Sicário” vem do latim “sicarius”, que quer dizer “homem da adaga”. É um termo utilizado há séculos para designar assassinos de aluguel. Não há informação de que essa fosse a tarefa de Mourão, mas ele era o encarregado por Vorcaro de monitorar informações daqueles que agissem contra os interesses do Master. É a partir de diálogos de Vorcaro com Sicário que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça autorizou a operação da Polícia Federal e os pedidos de prisão.

A nova prisão de Vorcaro escancarou um conjunto de bastidores que elevam o que no início parecia ser somente crise financeira para um patamar institucional muito mais grave.

A decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), descreve com riqueza de detalhes o funcionamento do que a investigação classifica como uma organização criminosa estruturada para fraudar o sistema financeiro, ocultar dinheiro e monitorar adversários.

48 páginas

O documento, de 48 páginas, traz elementos que vão muito além da ordem de prisão. Ali aparecem pagamentos milionários para manter uma estrutura de vigilância, contatos com servidores do Banco Central (BC) responsáveis pela fiscalização do próprio banco investigado e movimentações financeiras destinadas a ocultar bilhões de reais enquanto o rombo deixado pelo Master era coberto pelo mercado.

Para o ministro André Mendonça, os elementos reunidos pela Polícia Federal (PF) indicam risco concreto de continuidade das atividades ilícitas e de interferência nas investigações caso os envolvidos permanecessem em liberdade.

Com base nesse entendimento, Mendonça autorizou a prisão preventiva de Vorcaro e de outros três investigados: Fabiano Zettel, Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão e Marilson Roseno da Silva, policial federal aposentado. As quatro prisões foram mantidas após audiência de custódia.

Vorcaro e Zettel foram transferidos para o Centro de Detenção Provisória II de Guarulhos, na Grande São Paulo, onde permanecem à disposição da Justiça.

Operação

A terceira fase da Operação Compliance Zero, deflagrada na manhã desta quarta-feira (4), cumpriu quatro mandados de prisão preventiva e 15 mandados de busca e apreensão em São Paulo e Minas Gerais.

Além das prisões, a decisão judicial determinou o bloqueio e sequestro de bens que podem chegar a R\$ 22 bilhões, valor correspondente às movimentações suspeitas atribuídas ao grupo investigado.

Também foram impostas medidas cautelares contra outros envolvidos, incluindo afastamento de cargos públicos, uso de tornozeleira eletrônica e proibição de deixar o país.

Na decisão, Mendonça afirma que a investigação aponta a atuação de uma organização estruturada para lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio e articulação com agentes públicos.

O ministro também autorizou que os pre-



Banco Master, de Daniel Vorcaro, abriu crise no mercado

Morte de “Sicário” e nova prisão de Vorcaro agravam crise do Master

STF descreve engrenagem que envolve monitoramento de jornalistas, pagamentos milionários e envolvimento de servidores do Banco Central

sos sejam encaminhados ao sistema penitenciário estadual após os procedimentos iniciais na Polícia Federal, uma vez que as unidades da PF são destinadas apenas à custódia temporária.

Sicário

Um dos capítulos mais graves da investigação descreve a existência de um núcleo dedicado ao monitoramento e à intimidação de pessoas consideradas adversárias do grupo ligado ao Banco Master.

Mensagens analisadas pela PF indicam que Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, identificado nas conversas como “Sicário”, coordenava uma estrutura chamada internamente de “A Turma”.

Segundo a decisão do ministro André Mendonça, o grupo atuava no acompanhamento de jornalistas, ex-funcionários e outras pessoas vistas como ameaça aos interesses do banco, realizando vigilância, coleta de informações e consultas em sistemas



José Cruz/Agência Brasil

Mendonça: “organização criminosa” que fraudou sistema financeiro e monitorou adversários

restritos de órgãos públicos.

Nos diálogos citados na investigação, Mourão afirma receber cerca de R\$ 1 milhão por mês para manter a estrutura em funcionamento. O pagamento, segundo a Polícia Federal, seria feito por intermédio de Fabiano Zettel, operador financeiro ligado diretamente ao banqueiro Daniel Vorcaro.

Entre as mensagens reproduzidas no processo aparecem conversas sobre formas de intimidar o jornalista Lauro Jardim, colunista do jornal O Globo. Em um dos trechos mencionados pelos investigadores, surge a sugestão de simular um assalto contra o jornalista, enquanto em outro aparecem referências a “dar um pau” e “quebrar os dentes” do profissional em reação às reportagens consideradas prejudiciais ao grupo.

Durante a custódia na Polícia Federal, Mourão atentou contra a vida. Foi levado ao hospital João XXIII, em Belo Horizonte. À noite, foi anunciada a sua morte cerebral.

Banco Central

As investigações também avançaram sobre um ponto particularmente sensível do sistema financeiro: a relação entre o grupo investigado e servidores da própria área responsável por fiscalizar bancos no país.

Mensagens encontradas nos celulares apreendidos pela PF indicam trocas de conversas entre Daniel Vorcaro e dois servidores ligados ao Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central, setor responsável justamente por acompanhar a atuação das instituições financeiras.

Os nomes citados na investigação são Paulo Sérgio Neves de Souza e Belinne Santana.

De acordo com a decisão do ministro André Mendonça, os dois teriam prestado orientações estratégicas ao banqueiro sobre documentos, procedimentos e caminhos internos relacionados à atuação do Banco Master perante o próprio Banco Central.

Na prática, segundo a apuração, servidores da área encarregada de fiscalizar o sistema bancário estariam orientando diretamente o banco investigado sobre como lidar com o órgão regulador.

A investigação aponta ainda indícios de vantagens indevidas. Os pagamentos, segundo os investigadores, teriam sido operacionalizados por meio de contratos simulados de consultoria, utilizados para justificar transferências financeiras.

Após a revelação das suspeitas, o Banco Central informou que afastou cautelarmente os dois servidores de suas funções e bloqueou o acesso deles às dependências e aos sistemas da instituição. A autarquia também abriu procedimentos correccionais internos e comunicou formalmente os indícios de crime à Polícia Federal.